

LEI Nº 3003/2003



## ESTIPULA O LIMITE PARA OBRIGAÇÕES DEFINIDAS COMO DE PEQUENO VALOR.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** ~~Para os efeitos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente do precatório, terão como limite para a Fazenda Municipal de Rolândia, aí incluídas suas autarquias e fundações o valor de 30 (trinta) salários mínimos.~~

**Art. 1º** Para os efeitos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente do precatório, terão como limite para a Fazenda Pública Municipal, inclusive suas autarquias e fundações, o valor correspondente ao maior benefício do regime geral de previdência social. (Redação dada pela Lei nº 3416/2010)

**Art. 2º** Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, em execução de pequeno valor, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de até sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz à autoridade citada para a causa na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil.

§ 1º - São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no artigo anterior e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 2º - Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no artigo 1º o pagamento far-se-á sempre, por meio de precatório, sendo facultado a parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, na forma lá prevista.

§ 3º - O pagamento efetivado tal como previsto por esta lei implica em total quitação do feito, nada mais sendo devido ao reclamante-trabalhador.

**Art. 3º** Os processos judiciais em que o Município restou condenado e cujas datas, de expedição de precatório requisitório sejam anteriores à da promulgação da Emenda Constitucional nº 37 (13.06.2002), e ainda que tenham seus valores compreendidos no limite

de que trata o artigo 1º desta Lei, serão quitados na forma estabelecida no caput do artigo 100 da Constituição Federal.

**Art. 3º-A** Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. (Redação acrescida pela Lei nº 3416/2010)

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rolândia, em 21 de Outubro de 2003.

EURIDES MOURA  
Prefeito Municipal